



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

LEI N.º 782/2015 - DE 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

“Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências”.

SAMIR REDONDO SOUTO, Prefeito Municipal de Guatapar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Guatapar aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPITULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º. Ficam estabelecidas, para a elaboração do orçamento do Município, relativo ao exercício de 2016, as Diretrizes Gerais, os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei n.º. 4.320, de 17 de março de 1.964, na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC n.º. 101/2000) e na Lei Orgânica do Município, bem como nas recentes Portarias editadas pelo Governo Federal, compreendendo:

- a) Disposições preliminares;
- b) Metas e prioridades da administração pública municipal;
- c) Organização e estrutura dos orçamentos, sua execução e alteração;
- d) Das disposições finais.

CAPITULO II DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2.º As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2016 são aquelas apresentadas no demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, nos demonstrativos abaixo indicados:

1-DEMONSTRATIVO I - Metas Anuais (LRF, ART. 4.º, § 1);

2-DEMONSTRATIVO II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais Do Exercício Anterior (LRF, ART. 4.º, § 2.º, INCISO I);

3-DEMONSTRATIVO III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores (LRF, ART. 4.º, § 2.º, INCISO II) ;



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

4-DEMONSTRATIVO IV - Evoluo do Patrimnio Líquido (LRF, ART. 4,  2, INCISO III);

5-DEMONSTRATIVO V - Origem e Aplico dos Recursos Obtidos com a Alienao de Ativos (LRF, ART. 4,  2, INCISO III);

6-DEMONSTRATIVO VI - Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS (LRF, ART. 4,  2, INCISO IV, ALÍNEA A);

7-DEMONSTRATIVO VII - Estimativa e Compenso da Renúncia de Receita (LRF, ART. 4,  2, INCISO V);

8-DEMONSTRATIVO VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (LRF, ART. 4,  2, INCISO V).

Parágrafo nico - Integram também esta LDO os seguintes anexos:

1-ANEXO DE RISCOS FISCAIS, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicao das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venha a se concretizar (LRF, art. 40,  3);

2-ANEXO V - Descrio dos Programas Governamentais, Metas e Custos para o Exercício de 2016;

3-ANEXO VI - Unidades Executoras e Aoes Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental.

CAPITULO III DA ORGANIZAO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS, SUA EXECUO E ALTERAO

SEO I Da Elaboro do Orçamento

Art. 3. Para os efeitos desta lei, entende-se por:

- I. Programa -  o instrumento de organizao da ao governamental, o qual visa  concretizao dos objetivos pretendidos, mensurados pelos indicadores estabelecidos no Plano Plurianual - PPA.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

II. Atividade -  o instrumento de programaco, o qual visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operaoes que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário  manutenao da aao de governo.

III. Projeto -  o instrumento de programaco, o qual visa alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operaoes, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da aao de governo.

IV. Operaao Especial, as despesas que não contribuem para a manutenao das aoes de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestacao direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 4o. O Orçamento Fiscal discriminar a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programaco em seu menor nível, com suas respectivas dotaoes, especificando a unidade orçamentária, as categorias econmicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades de aplicaçao, os elementos de despesa e as fontes de recursos.

Art. 5o. A estrutura orçamentária que servirá de base para elaboraco do Orçamento-Programa para o próximo exercício deverá obedecer  disposiao do Anexos IV do PPA vigente.

Art. 6o. As Unidades Orçamentárias, quando da elaboraco de suas propostas parciais, deverão atender a estrutura orçamentária (Anexo IV do PPA vigente) e as determinaoes emanadas pelos setores competentes da rea.

Art. 7o. A proposta orçamentária, que não conter dispositivo estranho  previsão da receita e  fixaao da despesa face  Constituiao Federal e  Lei de Responsabilidade Fiscal atender a um processo de planejamento permanente,  participacao comunitária.

 1o A execuçao orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada, observarão as normas estabelecidas pela Portaria não 339, de 29/08/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional.

 2o O orçamento fiscal referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos e entidades das Administraoes direta e indireta, inclusive fundaoes mantidas pelo Poder Público Municipal.

 3o O orçamento de investimentos das empresas de que o Município direta ou indiretamente detenha a maioria do capital social com direito a voto, quando couber;

 4o O orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades de saúde, previdência e assistência social, se for o caso;

Art. 8o. O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, sua proposta parcial até o dia 30 de agosto, de conformidade com a Emenda Constitucional não 25/2000.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 9º. A Lei Orçamentária dispensará, na fixao da despesa e na estimativa da receita, ateno aos princípios de:

- a) Austeridade na gestão dos recursos públicos;
- b) Modernizao na ao governamental;
- c) Do equilíbrio orçamentário, tanto na previsão como na Execuo orçamentária;
- d) A discriminao da despesa, quanto  sua natureza, far-se- no mínimo, por categoria econmica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicao, nos termos do art. 6º da Portaria Ministerial nº 163, de 04 de maio de 2.001.

Art.10. A proposta orçamentária anual atender às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas exceder a previsão da receita para o exercício.

§ 1º Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotao orçamentária e recursos financeiros previstos na programao de desembolso, e a inscrio de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa, conforme preceito da LRF.

§ 2º A contabilidade registrar os atos e fatos relativos  gestão orçamentária – financeira ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas na inobservância do parágrafo anterior.

Art. 11. O orçamento geral abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo e as entidades das Administraes Direta e Indireta e será elaborado de conformidade com a Portaria nº 42, do Ministério do Orçamento e Gestão e demais Portarias editadas pelo Governo Federal.

Art. 12. As despesas com pessoal e encargos não poderão ter acréscimo real em relao aos créditos correspondentes e os aumentos para o próximo exercício ficarão condicionados a existência de recursos, expressa autorizao legislativa e as disposies do artigo 29-A e 169, da Constituio Federal e no artigo 38 do Ato das Disposies Constitucionais Transitórias, não podendo exceder o limite de 54% (cinquenta e quatro por cento) ao Executivo e 6% (seis por cento) ao Legislativo da Receita corrente Líquida.

§ 1º As situaes que justificam a contratao excepcional de horas extras, na hipótese de o Município ter atingido o limite prudencial para as despesas de pessoal (95% dos 54 % da RCL, ou seja, 51,30% da RCL) são as seguintes:

- a) Atender situaes de emergência ou calamidade publica;
- b) Atender situaes que possam comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos;



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

- c) Manutenção de servios pblicos essenciais que no possam sofrer solução de continuidade.
- d) Implantação de servio urgente e inadivel;
- e) Substituição de servidores por sada voluntria, dispensa ou de afastamentos transitrios, cujas ausncias possam prejudicar sensivelmente os servios, e
- f) Execução de servios absolutamente transitrios e de necessidades espordicas.

 2 Para efeito da vedação disposta no artigo 22 da LRF, seu pargrafonico e respectivos incisos, exclui-se as despesas decorrentes do pagamento de horas extraordinrias pagas, para atendimento de situação de excepcional interesse pblico, devidamente justificadas pela autoridade competente, bem como os casos de substituição previstos em lei e bem assim eventual reviso nos termos do artigo 37, X da Constituição Federal.

Art. 13. Na elaboração da proposta oramentria sero atendidos preferencialmente os programas constantes do anexo V e VI que fazem parte integrante desta lei, podendo, na medida da necessidade, ser includos novos programas, desde que financiados com recursos prprios ou de outras esferas do governo.

Pargrafonico – Fica ainda consignado que:

- a) O Poder Executivo manter dentro de suas possibilidades a manutenção do equilbrio oramentrio e aplicar os critrios de limitação de empenho na forma preconizada nesta lei.
- b) Para o exerccio de 2016, alm de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei,  programação oramentria considerar os benefcios para a sociedade a partir de avaliação dos desempenhos de programas de governo.

Art. 14. Podero ser contratadas consultoria e assessoria para servios que no possam ser desempenhados atravs dos quadros de pessoal de cada rgo em razo da maior complexidade de seu objeto e da especialização e maior amplitude de conhecimentos requeridos pelo respectivo caso.

Art. 15. O Municpio aplicar, no mnimo, 25% (vinte e cinco por cento) das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 212 da Constituição Federal e 15 % (quinze por cento) nas aoes e servios de sade em conformidade com o disposto na E.C. no 29/2000.

Art. 16. A proposta oramentria que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo at o dia 30 (trinta) de setembro compor-se- de:

- a) Mensagem;
- b) Projeto de Lei Oramentria;



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

- c) Tabelas explicativas da receita e despesas dos três últimos exercícios e demais anexos necessários.

Art. 17. Integrarão a lei orçamentária anual:

- a) Sumário geral da receita por fontes e despesa por funções de governo;
b) Sumário geral da receita e despesa, por categorias econmicas;
c) Sumário da receita por fontes e respectiva legislação;
d) Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração.

Art. 18. O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentário  Câmara Municipal, que o apreciar até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção.

SEÇÃO II

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 19. A Lei orçamentária conter "Reserva de Contingência" identificada pelo código 99999999 em montante equivalente a 1 % (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2016 e se destinará a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais inesperados que não puderam ser previstos durante a programação do orçamento, sendo vedada na forma do artigo 5, III, "b", da Lei Complementar n. 101 sua utilização para outros fins.

 1 Consideram-se passivos contingentes os riscos financeiros já existentes decorrentes de ações judiciais trabalhistas, cíveis, previdenciárias, indenizações por desapropries, bem como outros que poderão causar perdas ou danos ao patrimnio da entidade ou comprometer a execução de ações planejadas para serem executadas no período em que as ocorrências se efetivaram.

 2 A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

SEÇÃO III

Das Disposições Sobre a Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 20. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169,  1, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a procederem a concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura organizacional e de carreiras, estudo e implementação do regime previdenciário, bem como admissões ou contratações de



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

peSSoal a qualquer título, observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar n. 101/2000.

 1. Além de observar às normas do caput, no exercício financeiro de 2016 as despesas com peSSoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18,19 e 20 da Lei Complementar n. 101/2000.

 2. Se a despesa total com peSSoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar n. 101/2000, serão adotadas as medida de que tratam os  3 e 4 do art.169 da Constituição Federal.

SEÇÃO IV

Das Disposições Sobre a Despesa de PeSSoal

Art. 21. O disposto no  1 do art. 18 da Lei Complementar n. 101 de 2000 aplicam-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com peSSoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo nico. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do "caput", os contratos de terceirização relativos  execução indireta de atividades que sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, bem como as que não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de peSSoal do órgão ou entidade, ainda quando se tratarem de cargos ou empregos extintos ou em extinção.

SEÇÃO V

Das Disposições Sobre a Previsão da Receita e Alterações na Legislação Tributária do Mnicpio

Art. 22- O Poder Executivo poderá encaminhar  Câmara Municipal projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- a) Revisão e Atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- b) Revisão das taxas, objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do mnicpio;
- c) Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

- d) Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos; e
- e) Demais matéria relativas a legislação tributária, bem como eventuais parcelamentos, isenções, anistias e demais benefícios fiscais na forma da lei.

Art. 23 - As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, na conformidade do Anexo II, que dispõe sobre as Metas Fiscais.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I. Revisão e adequação da legislação sobre taxas pelo exercício do Poder de Polícia, ou referentes à utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes, ou postos a sua disposição, objetivando sua adequação aos respectivos custos;
- II. A edição de uma planta genérica de valores realinhando a valoração dos terrenos vagos e edificações, prioritariamente em casos em que o valor venal suplanta o valor real, minimizando eventuais distorções;
- III. A expansão do número de contribuintes;
- IV. A atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 24. O Município pode conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, cultural e de esporte mediante leis específicas, através da regulamentação e implantação de Fundos Municipais.

Art. 25. Com o objetivo de estimular o crescimento da receita tributária própria, poderá o Executivo municipal encaminhar projetos de lei concedendo incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para vigor em 2016, não afetando as metas de resultados fiscais previstas.

§ 1º. Ficam preservados os benefícios fiscais introduzidos na legislação tributária do Município anteriormente à edição desta lei, cujos valores não serão considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para vigor em 2016, não afetando as metas de resultados fiscais previstas.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

§ 2º. Também não são considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para vigor em 2016, não afetando as metas de resultados fiscais previstas, a fixao de percentuais de desconto para pagamento  vista sobre o valor lançado dos tributos municipais.

§ 3º. Também não são considerados na previsão da receita prevista na Lei Orçamentária para vigor em 2016, não afetando as metas de resultados fiscais previstas a fixao de percentuais de desconto para pagamento  vista sobre o valor lançado dos tributos municipais, nem as isenoes ou os benefícios fiscais específicos eventualmente destinados a municpes portadores de moléstias graves de forma a minimizar as conseqüências financeiras negativas suportadas pelos enfermos.

SEÇÃO VI

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 26. A elaborao do projeto, a aprovao e a execuo da lei orçamentária são orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir o equilíbrio financeiro da administrao municipal, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais.

SEÇÃO VII

Dos Critérios e Formas de Limitao de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar não. 101/2000, o Poder Executivo fica autorizado a proceder mediante Decreto a limitao de empenho das dotaoes orçamentárias e de movimento financeira, calculada de forma proporcional  participao dos Poderes no total das dotaoes iniciais constantes da lei orçamentária de 2016 utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigao constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dvida.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimento financeira conforme proporo estabelecida no *caput* deste artigo.

Art. 28. Ocorrendo a situao retratada no artigo anterior, o decreto de limitao de empenhos deverá identificar as fontes de receita comprometidas com a queda de arrecadao e estabelecer o contingenciamento de despesa correspondente na mesma proporo da reduo verificada, obedecida a seguinte ordem:

- a) Despesas de investimentos;



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

b) Despesas correntes.

§ 1º. Não são objeto de limitação de empenho as despesas que constituem obrigações constitucionais, legais, ou destinadas ao pagamento do servio da dvida, exceto quando a queda das receitas afetar as bases de cáculo ou limites de comprometimento destas mesmas despesas.

§ 2º O Poder Executivo, após editar o decreto a que se refere o caput enviará cópia do mesmo ao Poder Legislativo, para ciência, acompanhada da memória de cáculo, das premissas e dos parâmetros justificadores do decreto.

§ 3º A limitação dos empenhos do Poder Legislativo, quando couber, poderá ser efetuada por ato próprio e calculada de forma proporcional  participação de suas respectivas despesas, no montante global das despesas do orçamento geral do município para o exercício de 2016.

§ 4º Restabelecida a receita prevista, ainda que parcial, deverá o Poder Executivo editar decreto suspendendo a limitação de empenhos e recompondo as dotações limitadas.

SEÇÃO VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 29. O orçamento municipal poderá consignar recursos para financiar servios de sua responsabilidade, a título de subvenções sociais, a serem executados por entidades de direito público ou privado, mediante lei específica, desde que sejam da conveniência do governo e tenham demonstrado padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados e as ações promovidas sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita e nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura e a entidade não possua fins lucrativos.

Parágrafo nico. Fica igualmente autorizada a concessão de recursos para entidades públicas ou privadas a título de “auxílios” destinados a despesas de capital de entidades privadas sem fins lucrativos, bem como “contribuições” a entidades sem fins lucrativos, independentemente de contrapresto direta em bens ou servios na forma estabelecida na Lei Federal não. 4.320/64, atendidas ainda as disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial no seu art. 26.

Art. 30. O orçamento municipal poderá consignar recursos em favor de entidade privada que não possua fins lucrativos, para desenvolvimento de ações afetas às áreas de assistência social, saúde e educação, mediante edição de lei específica, atendendo-se ainda ao seguinte:

I – Os recursos objeto de subvenção destinar-se-o a promoção de ações gratuitas e de atendimento direto ao público, devendo pelo menos 50% (cinquenta por cento) do total repassado, ser empregado em favor de atividades – fim da entidade beneficiada;



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

II – A formalização da autorização está condicionada ainda, a:

- a. Manifestação prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica da Prefeitura Municipal;
- b. Comprovação de funcionamento regular da Entidade beneficiada, emitida por duas autoridades de outro nível de governo;
- c. Certificação da Entidade junto ao respectivo Conselho Municipal, quando houver;

Parágrafo nico. A autorização do setor técnico constante na alínea a do inciso II deste artigo ficará a cargo do responsável pela respectiva Secretaria ou Departamento Municipal.

Art. 31.  vedada a concessão de subvenções, auxílios e contribuições a entidades cujos dirigentes sejam agentes políticos municipais, ou que mantenham, em nome da entidade subvencionada, quaisquer outros vínculos contratuais com o Município.

Art. 32. As transferências de recursos previstas nesta seção, quando couber, poderão ser precedidas da celebração de convênio, o qual conter o respectivo plano de trabalho em conformidade com instruções vigentes do Tribunal de Contas.

 1. Compete ao órgão beneficiário, sob a supervisão do órgão concedente a elaboração do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

 2.  vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

Art. 33. Independente da transferência de recursos a entidades assistenciais, o Poder Executivo consignar na LOA 2016, na medida de suas disponibilidades financeiras, dotações orçamentárias para fornecer as pessoas carentes meios de subsistência e demais itens e acessórios indispensáveis.

Art. 34 – A lei orçamentária anual poderá consignar recursos para que a Prefeitura venha a subsidiar parcialmente o custeio de serviços públicos objeto de concessão ou permissão que vierem a se mostrar deficitários.

Parágrafo nico – A fixação dos valores dos subsídios dependerá de demonstração pela empresa exploradora dos serviços da existência de déficit na forma da lei.

Art. 35. Além dos valores consignados na Lei Orçamentária aos entes da Administração Indireta, as receitas próprias dos referidos órgãos serão destinadas, prioritariamente, ao atendimento de suas despesas de custeio, incluindo pessoal e encargos sociais, podendo ainda, o Ente Central promover a Transferência de recursos para complementar referidos valores mediante atendimento das seguintes condições:



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

I – Os recursos complementares serão objeto de lei específica que disporá sobre a abertura do crédito especial necessário; e

II – A formalizao da autorizao está condicionada ainda, a manifestao prévia e expressa do setor técnico e da assessoria jurídica da Prefeitura Municipal.

SEO IX

Da Autorizao para o Município Auxiliar o Custeio de Despesas Atribdas a Outros Entes da Federao

Art. 36. A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da federao somente poderá ocorrer em situaoes que envolvam o interesse local, mediante convênio, acordo, ajuste ou instrumento congnere, (art. 62, I – LRF).

SEO X

Dos Parâmetros para a Elaborao da Programao Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 37. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Poder Executivo se incumbirá do seguinte:

- I.** Estabelecer Programao Financeira e o Cronograma de execuo mensal de desembolso;
- II.** Publicar até 30 (trinta) dias após encerramento do bimestre, relatório resumido da execuo orçamentária, verificando o alcance das metas e se não atingidas, deverá realizar cortes de dotaoes da Prefeitura e da Câmara;
- III.** Se verificado, ao final de cada bimestre, que a realizao da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, o Poder Executivo, deverá promover, mediante decreto, a limitao de empenhos, de acordo com a forma e critérios estabelecidos no art. 9 da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal;



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

- IV. O Poder Executivo emitirá ao final de cada quadrimestre, relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais, em audiência pública , perante a Câmara de Vereadores;
- V. Os Planos, Lei de Diretrizes Ormentrias, Orçamentos, Prestao de Contas, Pareceres do T.C.E., serão amplamente divulgados, inclusive na Internet e ficarão  disposio da comunidade;

Parágrafo nico - O desembolso dos recursos financeiros consignados  Câmara Municipal será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os Poderes.

SEO XI

Da Definio de Critérios para Incio de Novos Projetos

Art. 38. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei ormentria e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

- I. Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obteno de uma unidade completa, salvo aqueles que justificadamente comprovarem sua implantao por serem de interesse público;
- II. Estiverem assegurados os recursos de manuteno do patrimnio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

 1 - não constitui infrao a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos ormentrios e financeiros para atendimento dos projetos em andamento, bem como as respectivas dotaoes ormentrias reservadas para sua continuidade ou conclusão no ano de 2016.

 2 - o sistema de controle interno fiscalizar e demonstrar o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar não 101/2000.

SEO XII

Da Definio das Despesas Consideradas Irrelevantes



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Art. 39. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar n.º. 101/2000 são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapassar R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

SEÇÃO XIII

Do artigo 42 da LRF e Disposições Pertinentes

Art. 40. Para efeito do disposto no artigo n.º. 42, da Lei Complementar n.º. 101/2000:

- I – Considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congnere;
- II – No caso de despesas relativas  prestação de serviços contínuos de natureza continuada destinados  manutenção da Administração Pública, ou de obras cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, considerar-se-o como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Parágrafo nico - Para efeito de empenhamento da obrigação nas hipóteses acima indicadas, consideram-se como compromissadas apenas as prestações dos serviços ou obras cuja execução deva se verificar no respectivo exercício financeiro, observado o cronograma pactuado, ficando facultado ao ordenador de despesas da entidade proceder ao empenho de importância suficiente apenas para a quitação da parte do contrato a ser liquidada no respectivo exercício financeiro, empenhando-se o saldo remanescente do contrato, logo no início do exercício seguinte.

CAPITULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. O Poder Executivo  autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I. Realizar operações de crédito por antecipação da receita nos termos da legislação em vigor;
- II. Abrir, nos termos do artigo 7º da Lei Federal n. 4.320/64, crédito adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total do orçmento da despesa fixado nesta lei, para reforçar as dotações insuficientemente consignadas no orçmento, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- a) Excesso de arrecadação a se verificar no decorrer do exercício de 2016;
- b) Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício de 2015;



GUATAPARÁ

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

- c) Anulação parcial ou total de dotações consignadas na mesma ou em outra categoria de programação ou de créditos adicionais autorizados em lei;
 - d) Produto de operações de crédito autorizadas em lei; e
 - e) Reservas de contingência à conta de recursos próprios e vinculados constantes desta Lei.
- III. Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, situação esta que não implicará em qualquer dedução do percentual autorizado no inciso II;
- IV. Contingenciar parte das dotações, quando a evolução da receita comprometer os resultados previstos;
- V. Firmar parcerias com outros entes da federação, para manutenção de suas atividades, bem como as do município.

§ 1º Ficam igualmente autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado no inciso "II" deste artigo, os casos de abertura de Créditos Adicionais Suplementares destinados a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas à pessoal, inativos e pensionistas, dívida pública, débitos constantes de precatórios judiciais e despesas a conta de recursos vinculados, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 2º A suplementação através da edição de Decreto Executivo a que alude o inciso II deste artigo, por encontrar autorização expressa na própria Lei Orçamentária, será utilizada para reforçar dotações insuficientemente consignadas no orçamento, ficando nos casos de utilização do aludido percentual, automaticamente alterados os valores dos anexos a que aludem os programas constantes do PPA e da LDO vigentes no respectivo exercício financeiro, dispensando-se a realização de novas audiências públicas para tanto.

§ 3º Quando se referir ao orçamento do Poder Legislativo, a suplementação a que alude o inciso II deste artigo, será direcionada formalmente por meio de ofício da Presidência da Câmara Municipal ao Executivo, o qual deverá indicar como recursos a anulação parcial ou total de suas próprias dotações orçamentárias, uma vez que a competência para edição dos respectivos decretos de suplementação, bem como de toda e qualquer matéria de natureza orçamentária, a teor do disposto no art. 61, § 1º, inciso II, letra "b" da Constituição Federal é exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Art. 42. A dívida mobiliária refinanciada se houver, será devidamente atualizada pelo IGPM/FGV/SP – Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, até a data de sua efetiva liquidação.

Art. 43. Enquanto não for devolvido o autógrafo da lei do orçamento até o início do exercício de 2016 ao Poder Executivo, fica este autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) em cada mês da proposta apresentada.



GUATAPAR

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES

Parágrafo nico – Caso a proposição seja reprovada ou rejeitada pelo Legislativo, os Poderes Executivo e Legislativo ficam expressamente autorizados a tomar como referência para execução orçamentária de 2016 os valores atualizados das respectivas dotações constantes no orçamento anterior, podendo ainda ser os valores totais atualizados em conformidade com os programas constantes do P.P.A. – Plano Plurianual (2014/2017) ou da própria L.D.O. – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016.

Art. 44. Caso os valores previstos no anexo de metas fiscais se apresentarem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, serão reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a autorizada.

Art. 45. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar, independentemente da realização de novas audiências públicas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, caso sejam detectadas distorções ou necessidades de eventuais ajustes.

Art. 46. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL LUIZ BORBA MOURA, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE.

SAMIR REDONDO SOUTO

Prefeito

REGISTRADO EM LIVRO PRÓPRIO ARQUIVADO JUNTO  SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS E PUBLICADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR.

WELITON FERNANDO VERONEZI

Secretário Municipal de Administração e Finanças